

Expresso 8/10/83 Nº 571

Samora Machel em Lisboa

A VISITA de Samora Machel a Lisboa, iniciada ontem, é uma das mais importantes, senão a mais importante, visita de um chefe de Estado a Portugal depois do 25 de Abril.

Várias razões se articulam para que assim seja.

O presidente que nos visita é líder de um país cujos hábitos foram profundamente transformados pela presença dos portugueses e que, por isso, estará para sempre ligado a Portugal.

O que os portugueses fizeram, alteraram ou construíram, permanece lá e faz parte da história de Moçambique.

Samora e a Frelimo tomaram conta dela no ponto em que os portugueses a deixaram.

Quer isto dizer que a sua missão é a de a continuarem — corrigindo-lhe embora a direcção. E para a continuarem, sem excessivas convulsões, não poderão deixar de contar, pelo menos durante um período de transição, que será sempre necessariamente longo, com a colaboração de Portugal.

Isto quanto ao lado moçambicano.

QUANTO ao lado português, há a relação de Portugal com a África.

Temos uma memória povoada de sonhos e fantasmas africanos, que nos fará ver sempre, com outros olhos e outra emoção, aquilo que diz respeito à África.

Se deixámos muita coisa em África, também trouxemos de África, connosco, muita coisa.

Por isso a visita de Samora Machel tem um sabor particular.

Ao qual há a acrescentar o facto de o presidente moçambicano ser um homem com um fascínio pessoal indesmentível e ser o primeiro chefe de Estado de uma antiga grande colónia a visitar a antiga capital do Império.

DE facto, na África de hoje, Machel afirma-se como um dos líderes mais «genuínos» e mais «auténticos» — contrastando com outras figuras históricas do continente, como por exemplo Senghor, que não conseguia disfarçar a influência francesa — e a sua presença em Portugal encerra simbolicamente o «ciclo da descolonização» e inicia o «ciclo da cooperação».

Pelos dados hoje disponíveis, é possível afirmar a este respeito que o presidente moçambicano compreendeu, talvez mais depressa do que os dirigentes portugueses, as bases em que teria de assentar a cooperação entre Portugal e Moçambique.

No período que imediatamente se seguiu ao 25 de Abril, vários oficiais do Exército português ofereceram-se à Frelimo, propondo-se passar, com as respectivas tropas, do lado português para o lado dos guerrilheiros.

Machel, ao que se sabe, opôs-se.

A sua preocupação, nessa altura, não era a de desagregar as Forças Armadas de Portugal. Pelo contrário: o seu interesse era que, do lado português, a questão do Poder se esclarecesse — para que ele soubesse com quem haveria de negociar e tivesse a certeza de que o negociador tinha força bastante para fazer cumprir os acordos que fossem estabelecidos.

Daí para cá a sua posição foi sempre a mesma.

A luz disto compreende-se que, para Samora Machel, Vasco Gonçalves não tenha sido nunca o interlocutor ideal.

Com Vasco Gonçalves existiu sempre uma ambiguidade nas relações entre Portugal e Moçambique. E isto porque os seus governos misturaram sempre dois planos: o «plano do Estado», em que tinham a obrigação de defender intransigentemente os interesses portugueses, e o «plano ideológico», em que eram tentados a esquecer esses interesses e a ceder às reivindicações de um movimento que lhes era ideologicamente querido.

Esta ambiguidade criou dificuldades.

Samora preferia ver, no Governo de Portugal, um homem que lhe fizesse frente e batesse o pé, mas com o qual pudesse chegar, por isso mesmo, a acordos claros, sólidos, firmes e praticáveis — por interessarem aos dois Estados e não serem produtos de cedências motivadas por paixões ideológicas.

FOI assim que as relações entre Portugal e Moçambique só começaram de facto a ser frutuosas após a subida ao Poder de Sá Carneiro.

Nessa altura, Samora percebeu que tinha em Portugal um interlocutor forte.

É significativo que o presidente moçambicano tenha falado da morte de Sá Carneiro como uma perda para Moçambique; como é igualmente significativo que tenha deixado escapar esta frase na entrevista que concedeu ao EXPRESSO, na passada semana: «Infelizmente (Balsemão) não está no Poder neste momento...»

DE qualquer modo, a cooperação está, agora, encaminhada e é porventura irreversível.

O ideal é que as relações entre os dois países se institucionalizem a ponto de se tornarem independentes das mudanças de Governo.

Isto é: que elas se inscrevam no quadro geral que condiciona a actividade dos governos e lhe circunscreve a margem de manobra — e não estejam à mercê da menor simpatia que por elas mostra este ou aquele ministério.